



O COFRE, O PAIOL E AS IDEOLOGIAS: DE SUN-TZU A COUTINHO EM BREVES NOTAS SOBRE O APARELHAMENTO INSTITUCIONAL*



*Maria Helena de Amorim Wesley***
BRASIL BRASILEIRO (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br>)
brasil@brasilbrasileiro.pro.br

Palavras chave: Aparelhamento – Defesa – Soberania

1. Introdução

Carregando a pecha obtida pelos que aqui nasceram de gestar o maior aparelhamento político criminoso, esta autora nunca cogitou da hipótese de analisar o cenário desenhado, deixando claro que jamais participou ou frequentou reuniões e movimentos atrelados a viéses político-partidários pautando-se exclusivamente como brasileira, labutando sem ambições de compor a nata dentre os demais aqui nascidos.

Apelando a concisas anotações sobre as atuais práticas de Defesa diante da realidade do Terceiro Conflito em andamento e considerando as transformações estruturais nas diversas sociedades gestadas no avanço dos recursos cibernéticos sobre as culturas, este espaço dedica toda a atenção ao Cenário Nacional, apoiando-se em anotações - já feitas em outros momentos - a respeito das atuais práticas de Defesa e estudos professados por profissionais de várias categorias vinculados à manutenção da Segurança e Soberania (Côrtes, 2000), procurando estabelecer a aplicabilidade do tratado militar de Sun-Tzu (2007) aos conflitos contemporâneos da Nova Ordem Mundial conforme a análise de Sérgio Coutinho (2010).

Buscou-se referência no pensamento desses autores, muito embora alguns aleguem que as teorias não mais se aplicam aos conflitos contemporâneos, apoiados, sobretudo, na premissa de que a natureza da guerra mudou. Porém, neste espaço, verifica-se que as ideias contrárias à aplicabilidade das teorias de Sun-Tzu e Coutinho aos conflitos contemporâneos não se sustentam, por serem apreciações incompletas, com interpretações equivocadas, porquanto contaminadas por ideologias político-partidárias resultando em conclusões distorcidas acerca dos ensinamentos transmitidos o que leva autora a concluir que a natureza

* XVI CICLO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS ECEME, Rio de Janeiro, Maio de 2017.

** Doctor Ph.D. International Relations – ABD - Academia Brasileira de Defesa. Acadêmica Perpétua Fundadora.

da guerra não se alterou. Quando muito apresenta apenas características próprias do momento, enquanto elas permanecem impecavelmente atuais e aplicáveis aos conflitos contemporâneos.

A mutação dos processos conhecidos como *luta armada* e conflitos assimétricos deriva das alterações efetuadas parcialmente pela tecnologia e pela cibernética. Pedras, facas, estiletes, tanques, bombas e tropas continuam sendo usados e impõem novos desafios e estratégias que indicam o empenho de uma profunda análise da interferência e adaptação dos valores culturais aos elementos cibernéticos responsáveis pelo denso abalo nas estruturas sociais das considerações de *público* e *privado*, *fronteiras físicas*, *metafísicas* e *virtuais* pungindo conceitos de Segurança, Soberania e Defesa (Wesley, 2016).

A tentativa de assimilação imprópria desses conceitos, sob o manto discursivo do proclamado *politicamente correto* (Pêcheux, 1969)¹, desfralda as bases do movimento de *globalização* em verdadeira rota de colisão com as inexauríveis diferenças das etapas evolutivas, diversidades culturais e individuais, numa tentativa de homogeneizar condutas em busca de uma *nova ordem global*, onde o enfraquecimento do Estado vem sendo burilado (Coutinho, 2010).

2. O aparelhamento institucional

Visando à melhor compreensão da atual situação, cabe enfatizar que a história recente assinala a instalação do Foro de São Paulo no Brasil (1990), cujo objetivo central consiste em implantar, através da URSAL (União das Repúblicas Socialistas da América Latina e Caribe), um governo inspirado na antiga URSS. Isso abona a afirmação desta autora de que há muito o Brasil virou *Cubão*, sobretudo diante do fato de as mídias, de um modo geral, aparelhadas não divulgarem o estabelecimento daquela organização, silenciando sobre as reais intenções da classe política.

Igualmente não há como esquecer as restrições contidas na Constituição de 1988², que infligiram às FFAA o afastamento do Poder para evitar intervenções militares semelhantes às ocorridas em 1935 e 1964.

O desconhecimento ou descaso da população em adquirir conhecimento de sua real história foi terreno fértil para o avanço daquele projeto de poder que, se supõe, só não chegou a termo por dois motivos: 1) a extensão territorial do país, com suas diversidades regionais, e 2) o advento cibernético e a disseminação do uso da *internet* (para o bem e para o mal).

¹ A autora adota as análises de discursos fixadas por Pecheux (1969) para afirmar a existência de vários tipos de silêncio (fundamental para a análise dos discursos políticos), contrariando a rigidez gramatical que prega a inexistência da pluralidade do fato (Dissertação de Mestrado – UFAL, Maceió, 1990).

² Sob as bênçãos de Ulisses Guimarães e figuras contemporâneas que vão desde advogados até representantes máximos dos Três Poderes.

Pautando a consolidação de um Estado assentado na erosão dos valores que nortearam o procedimento através dos estabelecimentos de ensino e da mídia, avançando celeremente sobre os pilares culturais das instituições, demolindo ferozmente, através das redes cibernéticas, as probabilidades de amadurecimento e adaptação do uso saudável das inovações científicas (Wesley, 2016). A sequela está em andamento, perceptível no cenário devastado de uma *guerra civil esdrúxula*, derivada das práticas da classe política brasileira na luta pela perpetuação no poder, balizadas no comportamento impetuoso e violento diante dos estorvos aos seus interesses que já movimentaram – por enquanto - mais de R\$ 15 bilhões, a expensas da população, que se encontra à mercê dos subornos e das ramificações inerentes ao comércio de drogas.

De pouco valem preleções ou análises que relacionam a desesperança do brasileiro às convulsões mundiais. As atuais necessidades materiais, determinadas pela ferocidade do *aparelhamento institucional*, não fazem eco na sociedade local e podem se inclinar perigosamente para o descontrole, diante da insensibilidade e do desprezo intrínseco de uma classe política que teve as chaves do cofre por mais de duas décadas. Felizmente, não conseguiram ter acesso ao paiol, graças ao silêncio produtivo dos militares, voltados aos constantes estudos das diversas conjunturas, atualizando cenários de conflitos diante de novos eventos.

O aparelhamento que decretou o fim da Soberania Popular, conhecida como Democracia, pode ser visto com facilidade na publicação do Caderno de Teses (no site do Partido dos Trabalhadores) sob o título emblemático *PT um partido para tempos de guerra*³.

Nunca se poderá anular a História de 1964, mas as semelhanças se encerram aqui. A gravidade do atual cenário é bem mais severa quando se considera a brutalidade de décadas no aparelhamento das instituições, nas restrições constitucionais às FFAA e na não vacância da presidência. Entre as analogias daquele cenário com o atual momento, a corrupção e a revolta popular devem ser consideradas com ressalvas. Em 1964, a população foi às ruas 48 vezes exigindo do Senado Federal a nulidade dos Decretos 53.700 (Reforma Agrária) e 53.702 (Reforma Urbana) de João Goulart e o fim da corrupção que estava levando o país à falência. Tais fatos resultaram na vacância da Presidência da República⁴.

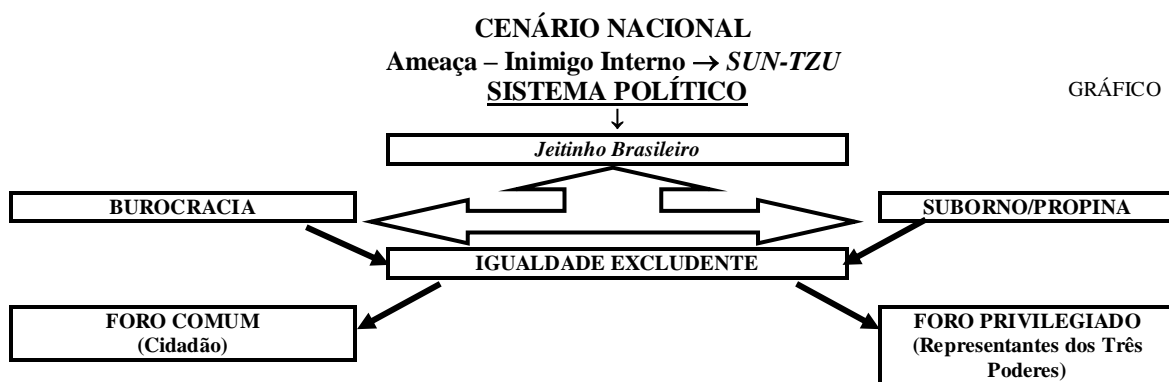
³ Entre essas teses estão: estatização de toda a mídia; fechar todas as mídias religiosas; anular todas as privatizações, incluindo todos os meios de produção; confisco de toda renda a partir de R\$ 7.000,00; desarmamento total da população; controle absoluto das polícias e das FFAA, sobretudo do Exército; cassação de todos os políticos capitalistas.

⁴ Na 48ª manifestação ocorreu a marcha da família em 19 de março de 1964. Após a nulidade dos decretos e posterior eleição pelo mesmo Congresso do General Castello Branco em 2 de abril de 1964 (diversamente do que ocorre hoje, a lei assim o permitia) deu-se início aos ataques de guerrilhas eliminando autoridades (no Brasil e no exterior) e a todos os que se posicionassem contrários ao Comunismo forçando o Senado a convocar as FFAA, por serem as únicas instituições com conhecimento abalizado de guerrilhas.

Há cinco séculos A. C. a Política se pôs como opção à selvageria, em que as dificuldades da coletividade deveriam ser resolvidas através do debate e da persuasão, contestando a hodierna e proposital confusão entre Política e Justiça como forma de esvaziar o real sentido das bases democráticas ao decompor a autêntica acepção de Justiça a uma equidade desleal, porque urdida entre desiguais, ocultando o fato inquestionável de que a igualdade só é possível em necrópoles e manicômios, sufocando a verdade ínsita de não se poder escolher de onde se vem, mas se podendo eleger para onde se vai. E sempre que se tenta suplantar a liberdade pela igualdade, as duas se suprimem.

Analisando com apuro a obscura percepção do ceticismo na Política com a incredulidade na classe política e na Justiça, avizinha-se a inevitável visão de corrosão no STF e a instalação do que se pode conceituar como *democratismo policialesco*. Mas, apesar da desmoralização do STF⁵, ainda persiste a crença na Política e esta será preservada enquanto não se optar pelas armas em detrimento das urnas.

A perda de confiabilidade na Justiça nasce em detrimento da noção de pluralidade e liberdade no Judiciário, imolando o próprio conceito de Justiça ao restringir a diferença somente na apreciação de Foro Comum e de Foro Privilegiado, aquiescendo à Política como a *ditadura da igualdade* para todos os que não pertencem à classe política (Gráfico 1).



Diante do momento crucial que atravessa o país é cada vez mais reiterado o clamor da sociedade por seus militares, graças à sua aptidão de pronta resposta, pela disciplina e pelo espírito de cumprimento do dever. E se confrontado a outras carreiras típicas do Estado brasileiro, torna-se evidente a discrepância de soldos contraditórios pelo dever exigido incluso

⁵ Acentuada pela liberação do goleiro Bruno, entre outros fatos que, embora sejam *legais*, são considerados pela população como imorais e injustos.

na dedicação e na responsabilidade⁶, que a bem da verdade é uma restrição de direitos e prescrição de deveres⁷.

A dedicação integral e exclusiva ao serviço, que impede os militares de exercerem qualquer outra atividade profissional, já fizeram parte dos servidores civis⁸, mas com o passar dos anos parece que foram esquecidos e substituídos pelo conhecido *jeitinho brasileiro*, procedimento enraizado, até com algum orgulho, que tantas vezes patrocina a adulteração de preceitos institucionais, favorecendo o costume cultural de *tirar proveito* – Lei de Gerson – responsável camuflado pelo aparelhamento institucional (Gráfico 2).



Ajuizar o adverso protagonismo mundial exercido pelo país é consternador, pois sugere o mensageiro indesejado, revestido de acanhamento pelo destaque que sucedeu o panorama político após 2003, repleto de componentes históricos que buscam implantar a *securitização* e *civilinização* das forças militares, reverenciando bandidos em detrimento de policiais, e mandatários que abrigam e idolatram milicianos e guerrilheiros como heróis, amparados por uma mídia oblíqua, cujas deliberações arrastaram o país para o complexo momento (Wesley, 2013).

Imerso na escuridão, jamais o país foi tão dolosamente representado. Com o apoio de um séquito de mentores patronos de cotas, uniões homossexuais e tudo o que contradissesse

⁶ Ao final da carreira de 30 anos, quando transferido para a inatividade, as horas trabalhadas pelo militar equivalem a 45 anos de um trabalhador civil devido à realização de atividades de adestramento e de operações continuadas, além dos serviços de escala de 24 horas, seguidas de expediente no dia posterior, inclusive em finais de semana e feriados, sem os conhecidos direitos sociais e trabalhistas legalmente concedidos aos trabalhadores das outras classes (adicional de periculosidade, FGTS e ou horas extras).

⁷ "Os militares já contribuíram, pesadamente, para o esforço de redução de custos do Estado. Em 2001, foi realizada ampla "reforma" no sistema de proteção social dos militares das Forças Armadas. Naquela ocasião, vários direitos foram suprimidos, tais como: o adicional de tempo de serviço, as licenças especiais e a pensão para as filhas" (Villas Bôas, 2017).

⁸ Esta autora fez parte dos quadros docentes de universidades federais sob a rubrica DE que estipulava tempo integral e dedicação exclusiva.

os valores habituais⁹ pautaram o Foro Social Mundial em Porto Alegre com o comparecimento de terroristas da América Latina. A prática de políticas radicais de controle social e a habilitação de jornalistas anódinos constituíram o pano de fundo para o projeto de fortalecimento dos MTST, MST e derivados, impelindo o brasileiro ao ameaçador futuro¹⁰.

A afirmativa de que as instituições do Estado Democrático de Direito estão funcionando normalmente no Brasil é colocada em cheque, mesmo com o desempenho da força-tarefa, composta por agentes da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF), que têm produzido uma surpreendente devassa da compra de dirigentes políticos, empresários de peso e burocratas antes intocáveis, demonstrando o pleno funcionamento da Justiça.

Contudo, não restam dúvidas quanto à evidência de que o aparelhamento do Poder Executivo pelos partidos governistas não se limitou à ocupação dos cargos nas repartições públicas e nas estatais, sem a qual o gigantesco assalto não teria sido possível. Atingiu o auge quando o governo mandou Montesquieu às favas ao agredir o Legislativo e o Judiciário, como se estes tivessem a obrigação de concordar com a declaração, que afronta à lei, consistente em que “impeachment é golpe”, adicionada da que pretendia ser atenuante “sem provas”¹¹.

O parágrafo anterior tenta ilustrar a devassidão do Poder Legislativo, que representa a base da democracia por ser o poder do cidadão. Mas o crime impune descrito é apenas uma das demonstrações da ameaça à higidez dessa instituição basilar do Estado Democrático de Direito, pois ainda salta aos olhos a degeneração das casas das leis chefiadas por parlamentares investigados em vários casos criminais.

Certamente não são os quartéis nem as ruas ocupadas pelo povo que ameaçam o funcionamento das instituições. A lerdeza torna-se unívoca na leniência do Judiciário, que o cidadão constata comparando dois números: 67 condenados em 17 processos na primeira instância e, por enquanto, na instância final nem um só político com *foro privilegiado* punido na forma da lei. E o Supremo Tribunal Federal tem também seu prestígio institucional arranhado pela corrida de parte de seus membros rumo à luz dos holofotes e à proximidade dos microfones dos meios de comunicação, tornando clara mais uma ameaça à democracia por quem jurou defendê-la.

⁹ São exemplos significativos as Marcha das Vadias, o Desfile do Orgulho Gay e assemelhados.

¹⁰ O artifício dos discursos eloquentes em voga sobre comunismo, socialismo, *bolivarianismo* ou *populismo* serve, na prática, apenas para encobrir o que o último governo e aliados executaram em 13 anos e três meses no poder. Foi um crime comum planejado e executado com frieza e cálculo, justificado com mantras ideológicos para manter vivo o fervor da militância.

¹¹ O palácio que virou aparelho e auditório para resistência sindical foi usado como brechó de quinta categoria graças ao apoio de parlamentares à manutenção a qualquer custo do resto de um mandato, locado com dinheiro do contribuinte, com ouvidos moucos à crise ética, consentindo por omissão o assalto desmesurado ao patrimônio público que induziu ao empobrecimento da Petrobrás e à recessão originando a maior crise econômica da História. E, então, decidiu esvaziar o caixa e ficar com a chave.

Diante da caótica realidade da atual conjuntura nacional implantada por nativos, torna-se imperativo o preceito de Sun-Tzu que estabelece a necessidade de **conhecer o inimigo como a si mesmo** para vencer as batalhas. Esta imperativa norma permanece legitimada quando se foca a atenção na Resolução sobre a Conjuntura do Diretório Nacional do PT, apresentada na reunião em Brasília em 17 de maio de 2016, em que foi descartada a responsabilidade pela caótica situação atual do País¹².

O impacto tecnológico do acesso imediato às informações, desde que não estejam contidas por filtros ideológicos que travam a percepção da realidade dos acontecimentos e suas vinculações em nível mundial que favorecem a desinformação. Eles têm hoje nos sites e blogs independentes da *Internet* a principal ferramenta dos meios de comunicação para a fragilização do controle e da censura dos modelos tradicionais, instituindo novos exemplos de fronteiras e comprometendo a manipulação da informação feita por grande parte da mídia aparelhada que persiste manuseando a comunicação no interesse da globalização no século XXI através da novilíngua do pensamento *politicamente correto* erigida pela engenharia social da ONU, União Europeia e outras organizações multilaterais, afora as escolas e universidades, alinhadas a ONGs e esteadas em lideranças e prosélitos que compõem o *establishment* em nível global¹³.

As grandes plataformas de vídeo que surgirão em curto espaço de tempo por certo anularão a desinformação televisiva, desvelando o cenário real do terceiro conflito mundial que constitui a chamada *guerra cultural* presente no impacto das reações dos britânicos e norte-americanos, como uma guerra distinta, sem canhões, muito mais ardilosa, desleal e sorrateira, que demandam urgência no entendimento sério e fundamental do futuro imediato¹⁴.

Mas a realidade dos números **oficiais** do Fórum Brasileiro de Segurança (2015) não deixa dúvidas: 58.383 mortos em *crimes violentos letais intencionais* não permitem apologias. Adicione-se a isso o trucidamento nos corredores dos hospitais, nas paragens longínquas e ignoradas, onde a sede e a fome ceifam milhares de espectros de humanos. É mais do que *guerra civil*. É eliminação, é extermínio praticado por “representantes” que se locupletam através do adultério político no exercício agasalhado das imunidades homicidas.

¹² No último parágrafo da página nº 4 da Resolução é emblemática a clara a intenção do aparelhamento institucional para a implantação definitiva do *projeto de poder* ao apontar onde ocorreu a falha, em referência aos estabelecimentos de ensino militares.

¹³ O episódio ocorrido na Universidade de Heidelberg, na Alemanha, que convidou o Juiz Sergio Moro para uma palestra (ver vídeos no Youtube) mostra uma plateia composta em grande parte por estudantes e acadêmicos nativos encarregados de vaiar o Juiz que a convite daquele estabelecimento, discorria sobre o infortúnio que se abateu sobre o Brasil e as ações da Operação Lava Jato.

¹⁴ O desmonte das sociedades iniciado há mais de meio século pela imposição da *globalização* está promovendo relevo às eleições nos países europeus, apesar da ocultação da grande mídia sobre o que está de fato acontecendo na Europa. Mas, certamente serão solapados por sites, blogs independentes e redes sociais, amparando a esperança de que o "*drain the swamp*" ao eliminar organizações criminosas não fiquem restritos a Washington.

3. Transformação e tradição nas FFAA

Tendo como pano de fundo a originalidade do mais remoto tratado de guerra, buscar-se-á abalzar as reflexões sobre o atual cenário nos princípios imprescindíveis de Sun-Tzu (2007), cujos ensinamentos determinam ser melhor ganhar a guerra antes de desembainhar o gládio, buscando sempre a opção pelo não aniquilamento do inimigo, derrotando-o quando seus domínios ainda estiverem intactos, o que remete à capital ponderação do preceito vaticinado do triunfo arduamente conquistado impregnar um sabor acre de derrota aos vitoriosos¹⁵.

A imperativa reestruturação econômica aponta medidas cogentes para contrabalançar as contas públicas, mas o norte das mudanças, onde se espera o cerceamento de regalias, a azáfama deve ser contornada pelo zelo a fim de não incidir em iniquidades ignorando particularidades profissionais, a exemplo das FFAA e da Diplomacia¹⁶, tornando inexequíveis aquelas instituições permanentes de Estado, que demandam de seus quadros condições que ultrapassam as relações trabalhistas entre empregador e empregado e diferenciam o cerne da profissão militar instituída para servir à Nação sem questionamento, em acorde fixado nas restrições aceitas pelos militares e compensadas com a devida proteção social que lhes confere a Nação, agindo em qualquer conjuntura no cumprimento das mais variadas missões¹⁷ conforme determina o Decreto N° 3.897 de 24/08/2001¹⁸.

Todavia, a Constituição de 1988 (no entender desta autora), concebida para tornar o militar uma categoria de secundária importância, firmada através da política salarial e profissional via Regulamentos e Portarias, corrobora a intenção implícita de minar a instituição, **enfraquecendo seu poder aquisitivo**, prática que posteriormente se expandiu para as demais categorias estratégicas da Cultura Nacional que correspondem à Segurança e à Soberania.

O enfraquecimento do poder aquisitivo e o afastamento do poder sucedido com a redemocratização de 1985 foi materializado na Constituição no art. 142, que banuiu os militares e demais forças de segurança (policiais civis e militares) de qualquer contato com

¹⁵ Na arte da guerra cinco princípios fundamentais são cogentes para o sucesso: a **doutrina** que gera a unidade de pensamento e inspira uma mesma maneira de viver e de morrer; o **tempo**, priorizando os dois grandes princípios *yin* e *yang*, mediante os quais todas as coisas naturais se constituem e dos quais todos os elementos recebem seus mais diversos influxos. O **espaço**, como o tempo, quando bem analisados dão a noção do alto e do baixo; do longe e do perto; do largo e do estreito; do que permanece e do que não cessa de fluir.

¹⁶ Esta autora já ponderou, em outro escrito, que a Diplomacia como *irmã siamesa* das FFAA, logo sujeita a medidas restritivas semelhantes às impostas aos militares durante as duas últimas décadas com a implantação da *diplomacia presidencial*.

¹⁷ Atuando nas fronteiras do País, na pacificação das comunidades no Rio de Janeiro, na guarda das urnas eleitorais, nas ações governamentais de defesa civil, na distribuição de água (semiárido nordestino), no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, na segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e nas Missões de Paz.

¹⁸ O Artigo 142 da Constituição consagra como funções das Forças Armadas, além da defesa da pátria e da garantia dos poderes, a manutenção da lei e da ordem (GLO) regulamentado pelo Decreto nº 3.897, de 24/8/2001, com vistas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sempre que os instrumentos à disposição das autoridades locais tenham-se esgotado, ou seus meios estejam indisponíveis, inexistentes ou insuficientes. O emprego das Forças Armadas deverá ser episódico, em área definida e ter a menor duração possível.

associações representativas dos Poderes (a exemplo da PRF, AGU, TCU, MPF) com desdobramento até mesmo aos Tenentes, outrora provenientes de famílias tradicionais abastadas, considerados como nata de intelectuais e que historicamente sempre se envolveram em questões políticas na história brasileira.

A desvinculação do soldo das altas patentes da remuneração da tropa marcou durante algum tempo a saída ou desistência de jovens pela carreira militar¹⁹ e se constituiu em um dos gatilhos que deflagram atualmente protestos e baixas nas Polícias Militares de diversos estados. A falta de apreço e a constrição dos soldos certamente favorecem a cooptação de alguns militares aceitando práticas perniciosas de barganha de *oportunidades* e assentindo procedimentos contra o povo e seus subordinados²⁰. Ao patrocinarem ou compartilharem de ilegalidades, contribuem para o aparelhamento das instituições e se associam a inabilidades políticas do povo, caracterizado pela aziaga prática do *jeitinho brasileiro* que marcam a História desde os tempos coloniais.

Contudo, torna-se imperioso ter sempre presente que o **fato constitucional** - fraudes praticadas pelos políticos - não é da alçada das FFAA e não cabe a estas fiscalizarem ilegalidades. Responsabilizar militares pela inaptidão política caracteriza ausência de conhecimento. Os que assim procedem ignoram seu papel constitucional e garantias individuais que, ambigualmente, tanto favorecem as peias abonadoras de regalias dos segmentos da classe política.

Ante o exposto acima torna-se imprescindível uma breve reflexão sobre o Decreto nº 8.515, de 03/09/2015, delegando competência ao Ministro da Defesa para editar atos relativos à administração do pessoal militar, sem que estivesse previsto, no texto do Decreto, a subdelegação para os Comandantes das Forças praticarem aqueles atos e, inexplicavelmente revogava entre outros, o Decreto nº 62.104/68, pelo qual os Ministros Militares tinham competência para apreciar, em caráter final, os regulamentos das Escolas e Centros de Formação e Aperfeiçoamento das respectivas Forças.

A ufanada redemocratização (1985), firmada na *Constituição Cidadã* (1988)²¹, repleta de minudências exageradas, impede a aprovação de dispositivos cogentes e deixa sempre a desagradável percepção de ingovernabilidade²² além de alicerçar o alijamento não apenas da

¹⁹ Movimento em franca reversão graças à manutenção da qualidade de ensino nas instituições militares.

²⁰ <https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/6857-justica-militar-condena-coronel-do-exercito-a-cinco-anos-de-reclusao-militar-foi-acusado-de-mandar-furar-pocos-artesianos-no-ne-e-ficar-com-o-dinheiro>

²¹ Após a Independência do Brasil, o país foi norteado por sete Constituições. A primeira, durante o império, em 1824 foi substituída em 1891 e inaugurou a série das seis republicanas.

²² Diante da deterioração do cenário já emergem conselhos à necessidade de revisão ou a instalação de uma Assembleia Constituinte a fim de *passar o País a limpo* ou refundar a República, o que ecoa como logro, considerando-se os gastos e as procrastinações adicionados a tal opção além do fato de que os incumbidos da reformulação serão os mesmos que se locupletam com os enredamentos e fendas legais da atual carta.

participação direta de militares na política. Caso se pondere sem rapapés o achatamento remuneratório do soldo de um Coronel ou General, verifica-se que estes ficaram limitados a frequentar apenas os Clubes Militares, já que a remuneração de um oficial das FFAA não permite conviver em lugares comuns a outros servidores públicos. Após a transição e mesmo nos dias atuais a tropa, e também seus familiares, sofrem para cumprir as operações das Forças.

As investidas de igualar o sistema previdenciário evidenciam mais uma aberração da *civilização* defendida alucinadamente por setores da mídia e por parcelas generosas da classe política adeptas de uma ideologia dúbia, que deflagrou a ocorrência e ampliação dos conflitos assimétricos no país, além de incitar o terrorismo (Wesley, 2013).

O juízo que se desenha sugere a percepção de um intenso artifício discursivo que sobeja nas mídias com o escopo obscuro das desenfreadas e recentes práticas políticas que excluem não só militares, mas categorias de áreas fundamentais para a manutenção da Segurança e da Soberania como a Saúde e a Educação. Faz parte da fanfarreada *securitização*, que impõe a *civilização* como parte importante do processo de globalização (Wesley, 2013). As breves ponderações aqui delineadas talvez ajudem um pouco a aclarar as recentes colocações dos atuais Comandos das FFAA em réplica aos clamores para uma intervenção militar.

O acesso aos *cofres* por mais de duas décadas já perpetraram aniquilamentos consideráveis. Recolhidos nas casernas, apesar das dificuldades e cortes materiais, os militares permanecem atualizando seus conhecimentos sob o escudo doutrinário, o que abona plenamente os resultados da 306ª Reunião do Alto-Comando do Exército (306ª RACE), apresentados em maio de 2016, que orientarão as cardeais iniciativas e ações propostas para a comunicação social da Força.

O país que não impulsiona a modernização das suas Forças Armadas abdica do futuro e, na visão leiga desta autora, em países como o Brasil a presente função das Forças Armadas não é fazer a guerra, mas sim impedi-la através da Dissuasão, embora não seja sua a incumbência de Guarda Nacional. Porém, a aplicabilidade da Dissuasão requer FFAA modernas, bem aparelhadas, com pessoal altamente adestrado capaz de resposta instantânea e autonomia científico-tecnológica, alinhada a uma indústria bélica como desdobramento da indústria civil. O incremento destes elementos é o sustentáculo para o desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação. É o pilar da robustez econômica, social e militar, acondicionando os conceitos de soberania e defesa, abarcando uma visão política, ideológica, cultural e estratégica, que constitui uma proposição de valores concretizados na aplicação do

projeto de nação visando ao desenvolvimento das forças sociais para a solidificação e sequência histórica do país (Côrtes, 2000).

Conhecimento científico e tecnologia estão no cerne dos processos por meio dos quais os povos são continuamente reordenados em arranjos hierárquicos. Desde sempre, sabe-se que o conhecimento usado politicamente (e sempre o é) comanda a hierarquização dos povos, motivo pelo qual se faz necessário assumir a evidência de que não há possibilidade de nação soberana sem autonomia científica e tecnológica, de que depende a autonomia militar, e, conclusivamente, não há possibilidade de inserção justa na sociedade internacional sem Soberania (Côrtes, 2000). Assim como o absoluto antagonismo existente entre subdesenvolvimento e bem-estar, a Soberania Nacional tem como adversa a dependência científico-tecnológica-industrial, que inviabiliza qualquer estratégia militar de dissuasão em Forças Armadas despojadas dos meios necessários.

Segurança, independência, capacidade de defesa, prevenção e preservação da Soberania Nacional, são ofícios das FFAA, integradas com a sociedade, e refletem a medida do desenvolvimento científico-tecnológico-industrial das nações. O país que não compreender esta lição e não exercitar seu ensinamento estará renunciando ao futuro (Gráfico 3).



4. Práticas atuais de Defesa

A transformação harmônica e silente observada no seio das FFAA brasileiras obviamente levanta resistências, não só em indivíduos que a constituem (seja na *ativa* ou seja na *reserva*), mas também entre civis, obrigando a avaliar as considerações feitas por Nietzsche (2005, p. 87-91) sobre a *transfiguração da História*, que impregna aqueles que abominam o presente e a vida real, considerados fonte de sofrimento, almejando o esquecimento do momento atual em uma história na qual procuram a alegria perdida. E o conhecimento do passado e a inspiração em exemplos devem sempre primar pelo equilíbrio

como forma de impedir nos homens contemporâneos o *enfraquecimento da personalidade*, interferindo na responsabilidade de agir criativamente, assumindo suas próprias decisões. Quando isto acontece, a História deixa de interessar à vida ou torna-se mesmo nociva a ela.

A inação lerda das instituições civis, sempre reguladas por princípios ideológicos partidários, se destaca, sobretudo, pela aversão das consequências que tal desempenho acarreta no quadro social, configurando uma absoluta insensatez diante da urgência imperiosa exibida na bestial penúria em áreas estratégicas (segurança, saúde e educação) pavimentando ocorrências desastrosas, já em plena ebulição, geradas pela perda de credibilidade no Executivo, parte do Judiciário e, principalmente, no Congresso Nacional.

O caminho ameaçador gerado pela imposição do comportamento *politicamente correto* visando a degradar a já combalida democracia, difundindo princípios da ultrapassada insurreição parisiense de 1968, embutindo o conhecido “é proibido proibir”, mira a destruição cultural de valores que alicerçaram a Civilização Ocidental. O tempo para um desfecho nefasto é célere. O descrédito, a desmoralização e a ruína do país impõem a responsabilidade histórica aos poucos representantes institucionais que não partilharam da destruição reunir um mínimo de dignidade capaz de suplantar ideologias político-partidárias e o aparelhamento institucional, mas sem ilusões de uma reconstrução imediata e indolor. Não há como abreviar etapas.

Os desmoronamentos moral e econômico que ameaçam a Soberania e a existência do país não provêm de agentes externos. Está em cada indivíduo ainda preso ao *jeitinho brasileiro* enraizado na subserviência, originado do comportamento colonial e tipificado no apadrinhamento, na proteção e nas regalias dos que detêm o poder econômico ajuizados na *Constituição Cidadã*, através *foro privilegiado*, como forma de burlar a equidade de todos perante as leis e contradizendo o Artigo 1º da CF/88. Logo, neste cenário arrasado as maiores ameaças são intestinas. “*E não se pode continuar à espera de personalidades e de lideranças salvadoras*”, desempenhando o eterno papel de coitadinho açoitado por imperialistas (Coutinho, 2010, p. 195). Cada um tem de responder pelos seus atos e a consciência de que o Brasil é a cada momento um pouco de todos nós conduz a uma das premissas estabelecidas por Sun-Tzu (2007, p. 45) de conhecer a si mesmo.

A incitação dos movimentos sociais para uma grande revolta popular busca desacreditar a justiça brasileira através das milícias cibernéticas dos *blogs* (pagos com dinheiro público) e mini sites. Este cenário já faz parte das análises prospectivas das FFAA, avaliando a grave manipulação midiática que pode desencadear uma convulsão social. Mas, apesar das constantes ameaças provocadas pela perda da chave do *cofre* que sucedeu ao

alijamento do principal cargo do governo, as manifestações estão sendo esvaziadas paulatinamente. Partem, sobretudo, dos que se abrigavam em financiamentos espúrios e do afastamento de ocupantes de funções escolhidos para a consolidação do aparelhamento das instituições. Não medram mais de forma voluntária na sociedade²³.

Através do uso da internet – a princípio atabalhoado e confuso – as redes formadas passaram a trocar informações sobre a existência de tropas hostis aptas a eliminar opositores ao governo em todo o território nacional, ressuscitando espectros do comunismo buscado em 1964²⁴. Diante da eclosão de manifestações e da violência descontroladas a aprovação da Lei nº 13.260/2016 beira a ficção ao ser chamada de antiterrorista (Wesley, 2016)²⁵.

Seguramente a Defesa Cibernética figura como foco principal dos próximos anos no Brasil e as ameaças digitais compõem a agenda das FFAA em busca de uma estrutura de alto nível para proteção de cyber ataques²⁶. Desde 2009 o Exército Brasileiro está à frente de um projeto para a construção de um Centro de Defesa Cibernética, desenvolvimento de soluções em software e hardware, aquisição de supercomputadores e materiais de investigação digital, cujo valor gira em torno de cerca de R\$ 331 milhões e deverá ser concluído até 2020. Graças a esse aprimoramento do conhecimento cibernético, saberão como agir caso haja necessidade extrema.

A sofisticação dos ataques de hackers e os crimes virtuais suplantam velozmente as ferramentas de proteção já existentes e demandam constantes investimentos em novas tecnologias no cenário mundial de defesa e segurança cibernética. O Relatório Anual de Cibersegurança da Cisco 2017 revelou que apenas 56% dos alertas de segurança são investigados e menos da metade dos alertas efetivos são solucionados, o que dá indícios do potencial desse mercado²⁷.

5. Conclusão

A permanência incólume de favorecidos políticos que caracterizam o *aparelhamento institucional* violenta a gestão pública em todas as esferas (federal, estadual e municipal),

²³ As manifestações mais violentas feitas pelos movimentos sociais (MST, MTST, CUT e assemelhados) agindo sempre contra a lei podem facilmente ser identificadas junto com seus manipuladores comprovando o ardil da *distribuição de renda* apregoado durante décadas.

²⁴ Vale recordar que em 1964 João Goulart na visita a China contou com a presença dos representantes do governo de Cuba e da URSS para debater a implantação do regime comunista no Brasil tão logo retornasse.

²⁵ FARC, CUT, CV, MST, MTST, LCP, cubanos, venezuelanos, iranianos e senegaleses podem ser considerados como forças paramilitares de apoio ao governo e incumbidos de neutralizar toda e qualquer resistência.

²⁶ A exemplo da israelense Suntech (a tecnologia UFED da Cellebrite é usada por agências de inteligência do mundo inteiro) atua no mercado brasileiro no segmento de inteligência com soluções de alta tecnologia para as áreas de Defesa e Segurança. Desenvolveu o Sistema Federado de Inteligência para a gestão da inteligência intra e inter agências de segurança, integrando as distintas esferas do poder público em um único ambiente para captura e compartilhamento de informações de investigação e inteligência.

²⁷ A LAAD Defence & Security 2017, mais importante feira de Defesa e Segurança da América Latina (de 4 a 7 de abril no Riocentro, no Rio de Janeiro) reúne algumas das empresas responsáveis pelas mais modernas soluções e tecnologias utilizadas em defesa e segurança cibernética como a Rafael Advanced Defense Systems, VMI Sistemas de Segurança, Globalstar, Motorola e Secunet Security Networks.

tirando proveito da delicadeza do momento que reveste o Executivo, o Legislativo e parte do Judiciário diante do volume dos inquéritos administrativos, entre outros, por conta das centenas de denúncias das lesões causadas ao Estado, acentuando o descrédito institucional e que assinalam os perigos nascidos da desesperança em dois cenários: 1) o povo tomar o destino em suas próprias mãos, exercendo o poder conforme autoriza o parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal (cercando o Planalto, o Congresso e os Tribunais), afastando, de vez, a atual classe política dos poderes até ver outra surgir livre e; 2) através de uma intervenção constitucional militar, com base no artigo 142, da Carta Magna, mediante convocação do povo, diretamente, ou de um poder constituído.

Longe de se estar insuflando aqui um *golpe armado* ou a adoção de um regime assemelhado ao vivido a partir de 1964. Acalmem-se as almas partícipes das ideologias partidárias mais indóceis ou *gramiscianas*. Essa arriscada solução é remota, simplesmente porque os militares não perpetrarão a sandice de avocar novamente a *massa falida* em que se transformou o país para posteriormente serem ultrajados pela demora da recuperação (com possível duração de décadas). E não cabe às FFAA interromperem o amadurecimento histórico ora em curso. Uma intervenção militar só sobrevém quando o clamor e a rebeldia se tornam insustentáveis e, ultimamente, tendem a ser sempre pontuais.

Mesmo sobrecarregado pelos custos dos governos (central, estaduais e municipais), o Brasil cresceu quase por si próprio, arrastando o pesado ônus da imoralidade da classe política, pago pelo povo. Mas nada mudará o rumo da Nação sem a punição austera e o aparte da vida pública de grande parte dos políticos e servidores apadrinhados, responsáveis pelo desastre nacional e as abjetas defesas feitas por eruditos intelectuais de várias correntes, protegendo a manutenção no poder daqueles, sob o argumento de que não há outra solução sem que se afronte o estado democrático de direito. O argumento não é bom, é falso²⁸.

O nível econômico que permitiria ao Brasil se apresentar ao mundo em convulsão como um recurso seguro foi destruído. Defraudaram tudo, inclusive das gerações de brasileiros nascidos no pós-guerra – os *filhos da paz* - atualmente com sessenta anos de idade ou mais, furtando a última oportunidade de viver e morrer num País pronto²⁹. Pautado em um *capitalismo de apadrinhamento*, gerado em tempos coloniais, enraizado no remoto *sistema de compadrio*, está plenamente visível no *jeitinho brasileiro* que enfatiza as relações pessoais em

²⁸ O ideal seria que os *iluminados* pudessem justificar pessoalmente suas douradas teses aos milhões de desempregados e, posteriormente, persuadir aqueles desamparados a não os justificar com as próprias mãos. Talvez isso os levasse a pensar, com respeito ou medo, no mal que a atual classe política fez, e continua fazendo, ao país antes de sair em sua defesa.

²⁹ Antidemocrático e cruel é aceitar o prosseguimento da lesiva conjuntura, onde mesmo a grande parcela da população que não tem o mínimo para se sustentar com dignidade coloca a segurança pública como a primeira preocupação perante a realidade de que o crime no Brasil mata, por dia, mais do que os conflitos entre Israel e a Palestina.

detrimento da meritocracia. Não há como ignorar que o país apresenta o modelo de um *capitalismo improdutivo*, agora em decadência diante da desordem em curso.

Obviamente que a convulsão social obtém algum êxito, mas é o preço a pagar durante algum tempo pelo despertar e amadurecer considerado por Coutinho (2010) como **reação orgânica** da sociedade. Seguem Sugestões Estratégicas (Gráfico 4).



Referencias Bibliográficas

- COUTINHO, Sergio A. A. **Cenas da nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.
- CÔRTEZ, Marcos Henrique Camillo. **A Defesa Nacional diante do Pós-Modernismo Militar**. Palestra proferida na Escola de Comando Estado-Maior do Exército (ECEME), abrindo, em 20/NOV/00, o I Seminário sobre Defesa Nacional. Disponível em <http://www.brasilbrasileiro.pro.br/textos>
- NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre a utilidade e desvantagens da História para a Vida** [incluído em *Escritos sobre a História*. São Paulo: Loyola, 2005] [original: 1873]
- PÊCHEUX, Michel. **Analyse automatique Du discours**. Paris: Dunod, 1969.
- SUN-TZU. **A arte da guerra: os treze capítulos originais**. Adaptação e tradução de Nokko Bushidô. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.
- VILLAS BÔAS, Eduardo Dias da Costa. **A Nação e seus Militares das FA**. <http://eblog.eb.mil.br/index.php/noticias/4283-a-nacao-e-seus-militares-das-fa-general-de-exercito-eduardo-dias-da-costa-villas-boas-comandante-do-exercito-brasileiro>. Acessado em 25/02/2017.
- WESLEY, Maria Helena de Amorim. **Cultura, educação e cibernética: impactos e conflitos na segurança e na soberania**. Trabalho apresentado no VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO: Militares, Educação e História (disponível em <http://www.brasilbrasileiro.pro.br/textos>): EASA, Cruz Alta – RS: setembro de 2016.
- _____. **Imigração, ameaças e terrorismo: intensificação dos conflitos assimétricos no Brasil**. Disponível no site BRASIL BRASILEIRO (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br/textos>) em maio de 2016.

_____. **Cibernética e Cultura: transição e conflitos na Segurança e Soberania.** Trabalho apresentado no III Congresso de Ciências Militares. ECEME. Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 2013 Disponível em <http://www.brasilbrasileiro.pro.br/textos>